

CONCEPÇÃO GERAL DA REDE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA EM SANEAMENTO AMBIENTAL

DOCUMENTO DO GT CAPACITAÇÃO

1. DA CONSTITUIÇÃO DA REDE

1.1. Da Declaração de Propósitos

A Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental tem o propósito de reunir, articular e integrar um conjunto de instituições e entidades com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional do setor mediante soluções de capacitação, intercâmbio técnico e extensão tecnológica.

A construção da Rede em sua perspectiva inicial adota como estratégia central a qualificação de instituições que assumam um papel de referência e coordenação regional e abrangência multidisciplinar no conjunto das temáticas que integram o campo do saneamento, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão integrada dos resíduos sólidos e manejo integrado das águas pluviais urbanas.

Inicialmente, a rede deverá se estruturar em Núcleos Regionais constituídos conforme as orientações e diretrizes da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-HIDRO – CAPACITAÇÃO – 01/2005. O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Fundo Setorial de Recursos Hídricos, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e em parceria com o Ministério das Cidades e o GT Capacitação, irão acolher propostas para a constituição de um núcleo em cada região geográfica do país.

Para estruturar a rede, ainda em caráter embrionário, serão identificadas, mediante a referida Chamada Pública, instituições que se apresentarem aptas a articular regionalmente outras entidades e instituições para constituir os Núcleos Regionais, que terão a responsabilidade de desenvolver um plano de trabalho na área da capacitação, do apoio técnico e da extensão tecnológica com enfoque multidisciplinar e integrado.

Para que esses núcleos regionais sejam constituídos em sintonia com os princípios da rede, estes devem ter abrangência temática e capilaridade regional, atuando em todas as frentes das ações de saneamento, considerando-se as políticas e técnicas de manejo, tratamento e disposição específicas para cada tema e apropriadas para cada região. Dessa forma, os Núcleos Regionais deverão promover a formação e a capacitação dos profissionais que atuam no

setor, assim como as políticas públicas que disciplinam a intervenção de todos os agentes envolvidos nos seguintes componentes do saneamento:

- Gerenciamento, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água com ênfase nas unidades de tratamento e nos processos e técnicas de uso eficiente de água e de energia;
- Gerenciamento, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, com ênfase nas unidades de tratamento;
- Manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase nas técnicas e processos de gestão voltados para a minimização da geração, transformação e destinação final adequada de todos os tipos de resíduos e na inclusão social dos catadores de lixo como agentes ambientais e econômicos;
- Manejo integrado das águas pluviais urbanas, com ênfase em soluções que visem o controle da impermeabilização do solo e outros mecanismos de redução ou amortecimento das cheias e em medidas locais para controle dos escoamentos e do carreamento de sedimentos.

A constituição desses núcleos regionais é apenas a primeira etapa do processo de estruturação da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental, que deve ser gradativamente ampliada para adesão de outras instituições e entidades, inclusive aquelas de atuação nacional. É objetivo geral da rede desenvolver todas as temáticas relacionadas à gestão e operação dos serviços de saneamento por meio de ações destinadas a:

- mobilizar e articular entidades gestoras, prestadores de serviços, instituições de ensino, pesquisadores, técnicos e organizações específicas do setor;
- promover a capacitação dos agentes envolvidos nas atividades de saneamento;
- apoiar o desenvolvimento e facilitar a difusão e o intercâmbio de políticas, boas práticas e técnicas apropriadas;
- apoiar a produção, a disseminação e o intercâmbio de conhecimento, integrando pessoas e instituições através de comunidades virtuais;
- apoiar a implantação de políticas públicas superadoras dos problemas de saneamento.

A retomada dos investimentos no setor e o estabelecimento de regras claras para o saneamento são compromissos assumidos pelo governo federal com a universalização do acesso e a melhoria da qualidade da prestação dos serviços. Para isso, será fundamental o investimento em capacitação dos gestores, reguladores, prestadores e dos próprios usuários. São novas regras que têm no planejamento integrado, na regulação e no controle social o seu tripé de sustentação.

Cabe observar que os objetivos da Rede Nacional de Capacitação e de Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental atendem às diretrizes norteadoras da ação do governo no setor; quais sejam:

- o atendimento aos requisitos da universalidade, integralidade, equidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia, modicidade dos preços das tarifas, intersectorialidade, cooperação entre os diferentes níveis de governo, participação da sociedade, promoção da educação sanitária, respeito às identidades culturais e especificidades regionais, promoção e a proteção da integridade ambiental, promoção e a defesa da saúde e a segurança do trabalhador.
- o direito do usuário, no sentido de ter garantido o acesso à informação sobre a qualidade dos serviços públicos que lhe são prestados;
- a transparência da gestão pública e a retomada do planejamento integrado como função de governo que deve orientar todo o processo de organização e da prestação dos serviços de saneamento.

A rede contará com um importante instrumento: o Portal do Conhecimento em Saneamento Ambiental. Para este portal estão previstas as seguintes funcionalidades: compartilhamento de informações, busca e pesquisa avançada, taxonomia, gerenciamento de conteúdo e acessos, publicação e disseminação de dados, informações e documentos, personalização de sítios, comunidades virtuais, ensino à distância, ferramentas de colaboração, auto-serviço, gestão operacional e organizacional em rede, banco de dados, dentre outros. As instituições e entidades que se integrarem à rede deverão contribuir para a construção e a dinâmica de funcionamento do portal.

1.2. Dos Antecedentes

A proposta da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental está baseada, principalmente, nos resultados do *Estudo de Identificação e Qualificação da Oferta e da Demanda Existentes no Campo da Capacitação em Saneamento Ambiental*¹, realizado sob a responsabilidade do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), do Ministério das Cidades, e sob a coordenação do GT Capacitação.

O GT Capacitação, um grupo de trabalho de caráter interministerial, foi constituído em 2004, por iniciativa conjunta dos seguintes ministérios: das Cidades, por intermédio da SNSA; da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH); da Agência Nacional

¹ O Relatório Consolidado do Estudo estará disponível para download nos sítios www.cidades.gov.br e www.snis.gov.br.

de Águas (ANA); por intermédio da Superintendência de Tecnologia e Capacitação (STC); e da Educação. Participam eventualmente do GT representantes da FUNASA, da CAIXA, do Ministério da Integração Nacional, do CNPq, do BNDES, entre outros.

O grupo surgiu em resposta a uma intenção do governo federal de se conhecer a realidade brasileira em termos de oferta e demanda no campo da capacitação em saneamento. Essa posição estratégica de governo, cujo protagonismo vem sendo desempenhado pela SNSA, do Ministério das Cidades, numa atuação articulada com o GT Capacitação, tem servido para subsidiar a tomada de decisão em torno de diversas propostas de cooperação, inclusive no nível internacional.

Nessa linha, cabe destacar a proposta do *Office International de l'Eau*, instituição francesa que apresentou ao Governo Brasileiro a idéia de se construir no Brasil um centro de treinamento nos moldes do Centro Nacional Francês de Formação para as Profissões Relacionadas com a Água (Limoges/França), o qual foi objeto do Estudo de Viabilidade realizado pela parceria UnB/SRH/OIEAU, desenvolvido em 2002.

Como resultado das primeiras discussões do GT Capacitação, ficou definido que a SNSA, por intermédio do PMSS, realizaria um diagnóstico que permitisse levantar a oferta e qualificar a demanda no campo da capacitação em saneamento ambiental. Este Estudo teve como objeto analisar a convergência ou não entre a infra-estrutura e a capacidade pedagógica instaladas no país (oferta) e as necessidades de aperfeiçoamento profissional e de formação de novas competências (demanda) para o setor; além de avaliar os resultados do diagnóstico de forma comparativa com a proposta do Estudo de Viabilidade, antes citado².

Os resultados revelados apontam para a existência no país de boas estruturas de ensino e de programas regulares de capacitação em saneamento ambiental. Esta capacidade pedagógica instalada e a infra-estrutura física de treinamento já existente, ainda que não suficientes, indicam que há um forte potencial de aproveitamento e fortalecimento desse “capital” para a estruturação de uma rede, de âmbito nacional com representações regionais.

Com base nos resultados desse Estudo e nas discussões ocorridas no GT Capacitação, dentre os encaminhamentos propostos, optou-se por priorizar a estruturação de uma *Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental*.

Esta rede será composta por instituições de ensino – universidades, centros de formação tecnológica (os CEFET's), centros de pesquisa – os operadores e as concessionárias dos serviços de saneamento (as companhias

² Integra o Relatório Consolidado do Estudo uma Matriz Comparativa entre os resultados do obtidos pelo Estudo do GT e aquele realizado pela parceria UnB/SRH/OIEAU; abordando aspectos de conteúdos temáticos, público-alvo, capacidade pedagógica, infra-estrutura física de treinamento e estratégias institucionais.

estaduais, os serviços municipais), as entidades específicas do setor, o sistema “S”, as redes de pesquisa científico-tecnológica (a exemplo do PROSAB), os centros de treinamento de operadores de Estações de Tratamento de Esgotos – ETE’s e de Estações de Tratamento de Água – ETA’s.

O Estudo também revelou, com base nas entrevistas realizadas com dirigentes das diversas instituições consultadas³, clara manifestação dessas organizações em colaborar efetivamente com proposta de criação de uma rede nacional para atender as demandas por capacitação e extensão tecnológica do setor. Os resultados do Estudo permitem identificar arranjos estratégicos que podem servir de multiplicadores das ações de capacitação e de extensão tecnológica. Em uma primeira etapa da montagem dessa engrenagem institucional, esses arranjos assumem o formato de Núcleos Regionais, como contextos embrionários para implantação da rede.

Sobre conteúdos temáticos, o Estudo do GT Capacitação confirma a demanda por capacitação tanto nos temas diretamente relacionadas à área operacional do setor, mais afetas à prestação dos serviços, como aqueles mais relacionados ao campo da gestão, em especial aos subsídios necessários aos tomadores de decisão sobre alternativas tecnológicas e técnicas mais adequadas a cada realidade.

No que se refere especificamente ao público-alvo, o Estudo identifica que a demanda abrange desde o chamado “chão de fábrica” até o nível técnico, de engenheiros e gestores. Uma novidade trazida pelo Estudo do GT Capacitação revela o papel atribuído à rede formal de ensino, recomendando maior aproximação entre as pesquisas desenvolvidas nas universidades e as reais necessidades dos operadores que prestam os serviços de saneamento, e ainda, a adoção de mecanismos que permitam melhor inserção dos profissionais formados nos centros técnicos e tecnológicos no mercado de trabalho do setor.

O Estudo revelou ainda que existe no país significativo potencial instalado em termos de capacidade pedagógica e de infra-estrutura física para treinamento. São instituições de ensino, de pesquisa, entidades específicas do setor, operadores que desenvolvem programas e atividades de capacitação, muitos destes contando com um bom nível de institucionalização na agenda das organizações. Também foi identificada a existência de infra-estrutura física como unidades de treinamento em escala real, unidades piloto, bancadas de testes, laboratórios, além de boa infra-estrutura de ensino.

Em linhas gerais, o Estudo recomenda a complementação das instalações existentes com pequenas e simplificadas estruturas de mini-redes⁴. Trata-se de uma infra-estrutura composta por mini-redes assentadas em valas abertas que permite o treinamento em condições de trabalho. Podem ser instaladas mini-redes de abastecimento de água para localização de

³ O Relatório Consolidado do Estudo apresenta um Quadro-Resumo das instituições e entidades consultadas mediante entrevista presencial e à distância.

⁴ Neste caso tomando como referência o que existe no Centro L’OIEAU.

vazamentos, montagem e desmontagem, ensaio de pressão, desinfecção, reparos, etc., mini-redes de esgotamento sanitário e de drenagem para localização de ligações irregulares, assentamento de tubulações, etc., assim como bancadas para instalação e manutenção de ramais prediais, entre outros equipamentos.

Esse potencial revelado no Estudo reúne as condições para atender às necessidades mais gerais das demandas identificadas em termos de conteúdos temáticos e de público-alvo a atingir. Contudo, este acervo encontra-se bastante disperso e, muitas vezes, é desconhecido pelo próprio setor, restringindo sua capacidade de gerar benefícios.

Neste sentido, o estudo conclui pela pertinência de estruturação de uma rede que reúna os diversos agentes que atuam no setor. Um desses parceiros da rede deve ser o próprio *Office International de L'Eau*, que mediante um acordo de cooperação, venha a disponibilizar sua experiência didática no que se refere à metodologia de “treinamento em condições de trabalho”.

Outras iniciativas do governo federal na área de capacitação também poderão contribuir para a formação e consolidação da rede. Entre essas iniciativas, pode-se citar a atuação da Gerência de Resíduos Sólidos da SNSA, em parceria com a CAIXA, na promoção de intercâmbio técnico entre os diversos agentes que trabalham no manejo dos resíduos sólidos urbanos; assim como a formulação de um programa nacional de incentivo ao manejo integrado das águas pluviais urbanas, trabalho que vem sendo coordenado pela SNSA, do Ministério das Cidades.

A construção do Portal do Conhecimento em Saneamento Ambiental, iniciativa em desenvolvimento no Ministério das Cidades, também constitui importante referência para a rede, na medida em que busca atribuir maior coordenação e articulação das ações do governo federal no setor, instituindo um *locus* de cooperação, onde os diversos agentes possam interagir com suas experiências, necessidades e capacidades.

1.3. Dos Princípios e das Diretrizes

A temática do saneamento tem sido objeto de grande atenção tendo em vista a necessidade crescente de gerar benefícios sociais e de disciplinar externalidades ambientais negativas decorrentes do crescimento urbano acelerado e desordenado que o país atravessa há mais de cinco décadas.

Por isso, a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental deve ter enfoque multidisciplinar, abordando as diversas interfaces temáticas e observando as lógicas institucionais que orientam as políticas públicas de desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, a gestão dos recursos hídricos, bem como as políticas que visam à redução das desigualdades regionais e promovam a inclusão social.

Além deste enfoque inter-setorial, as ações da rede devem pautar-se por uma noção abrangente de capacitação, no sentido de fomentar o desenvolvimento das habilidades e capacidades das instituições e das pessoas.

O atual paradigma da teoria organizacional, ou se quiser do desenvolvimento institucional, e seu impacto na visão das questões de liderança e gestão, destacam a importância e o desenvolvimento de estruturas horizontais, permitindo o trabalho em equipe, uma melhor e mais ampla distribuição de responsabilidades, a fluidez das informações, disponibilizando dessa forma os recursos necessários ao processo de tomada de decisão.

Essas novas premissas tornam a visão sobre as instituições e as pessoas que nelas trabalham mais complexa e politizada, trazendo à tona a questão do poder – suas estruturas e relações de força – e a busca para se criar no ambiente coletivo as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais, como estratégia para se atingir níveis mais elevados de eficiência, eficácia e efetividade das instituições.

De todas as maneiras, a capacitação deve estar relacionada aos resultados institucionais esperados, se possível pré-definidos por indicadores de desempenho. Para isso é preciso identificar com precisão quais são os recursos existentes, as novas habilidades e conhecimentos a serem adquiridos e absorvidos pelos indivíduos e internalizados pelo conjunto da instituição. Dessa forma, a capacitação deve estar intimamente ligada ao plano de recursos humanos, ou se preferir, ao programa de desenvolvimento de pessoas e esse ao plano estratégico da organização. A capacitação para a mudança desempenha aí um papel relevante. O resultado desse tipo de investimento pode se fazer sentir, de imediato, no nível de motivação, e em seguida, em iniciativas de transformação de uma realidade que está a exigir uma reestruturação profunda e urgente.

Para a consecução desses princípios, as ações da rede deverão pautar-se pelas seguintes diretrizes:

- Compor uma rede nacional com formato dinâmico e pluralista, permitindo além da presença de instituições mais tradicionais, também as de pequeno porte, as de inserção recente nas temáticas do saneamento, especialistas tidos como referência na sua área de atuação e outros.
- Apoiar o desenvolvimento técnico (material e de recursos humanos) de instituições regionais que possam vir a assumir o papel de multiplicadoras locais de políticas públicas, difusão do conhecimento e de tecnologias adequadas, visando a sua crescente qualificação como equipes técnicas de referência preparadas para atender as demandas locais.
- Criar uma agenda plurianual de compromissos com essas instituições multiplicadoras, fornecendo de forma continuada os recursos financeiros e técnicos necessários;

- Estabelecer convênios e parcerias com entidades internacionais, sempre que possível, visando o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimento, técnicas e dos recursos humanos e materiais do país.

Para se criar um ambiente de cooperação objetivando o desenvolvimento técnico e institucional dos agentes do setor, é necessário instituir formas cooperativas e complementares para a realização das atividades de capacitação, apoio técnico e extensão tecnológica entre as instituições e entidades organizadas nos Núcleos Regionais.

As diferenças regionais e os vários níveis de desenvolvimento institucional e de gestão implicam muitas vezes no agravamento do quadro de desigualdades, pelas dificuldades de acesso, dentre outras coisas, às oportunidades de capacitação e aos espaços de intercâmbio de informações. Neste sentido, o Portal do Conhecimento⁵ será um instrumento estruturante da rede, colocando à disposição dos interessados, por meios eletrônicos, um conjunto de soluções de pesquisa em rede, de informações de natureza política, legal, tecnológica, econômica, entre outras, relacionadas ao tema do saneamento, além de oferecer os elementos para a formação de comunidades virtuais, gestão corporativa e oportunidades de ensino à distância. Espera-se que este instrumento possa ampliar o acesso e o compartilhamento da informação, difundir conhecimento, proporcionar capacitação técnica e gerencial, superando as dificuldades postas pelas soluções tradicionais de treinamento e disseminação do conhecimento.

Sabe-se que o uso de soluções advindas do campo da gestão da informação, que operam em ambientes virtuais de comunicação, encontra-se hoje entre os principais objetivos de modernização e desenvolvimento institucional de todas as organizações. Este movimento pode também ser observado no setor saneamento, mesmo de forma desigual e em diferentes níveis e estágios de implementação. São sítios e portais desenvolvidos por instituições desde órgãos públicos, universidades e centros de pesquisa, passando por prestadores de serviços e associações técnicas, até revistas especializadas que, mesmo com diferentes enfoques e abordagens em termos de conteúdos e funcionalidades, demonstram a evolução e a sintonia do setor com o desenvolvimento das ferramentas de comunicação e gestão do conhecimento que o ambiente da Rede Mundial de Computadores proporciona.

No entanto, ainda é comum uma situação bastante desigual no grau de utilização e no acesso a todas essas soluções, ao mesmo tempo em que também se ressenste de práticas mais desenvolvidas de compartilhamento e intercâmbio de conhecimento, ou seja, de informações, idéias, soluções, técnicas e tecnologias inovadoras.

A proposta da rede, operacionalizada por intermédio do portal, visa diminuir essas diferenças regionais e os níveis de assimetria de informação entre os diversos agentes que atuam no setor, criando novas oportunidades de

⁵ Informações extraídas do texto do Projeto Básico do Portal.

capacitação e de intercâmbio técnico, ou ainda incrementando o alcance daquelas que estão dadas. O desafio natural dessa proposta é o de potencializar a riqueza de conhecimento dispersa entre os diversos caminhos do saneamento no país, gerar mais benefícios a partir da capacidade pedagógica e da infra-estrutura de treinamento existente nas instituições e entidades do setor, tornando mais fácil o dia-a-dia das pessoas que trabalham nessa área.

2. DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DA REDE

2.1. Dos Integrantes

A participação na Rede Nacional de Capacitação e de Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental será por adesão dos interessados, desde que atendidos os princípios estabelecidos neste documento e preenchidos requisitos mínimos para a aceitação, que serão definidos no Documento Constitutivo da rede, a ser elaborado em conjunto com as instituições selecionadas na chamada pública para constituição dos Núcleos Regionais e com outros colaboradores.

Entre os participantes dessa rede, além dos Núcleos Regionais, é desejável a participação de instituições e entidades estrategicamente distribuídas no território nacional, preferencialmente entre aquelas que tenham maior abrangência no conjunto dos temas envolvidos no saneamento, com o objetivo de atuar como entidades multiplicadoras de difusão do conhecimento, da capacitação e do intercâmbio técnico.

Espera-se com o processo de consolidação dessa experiência, que a rede passe a contar com uma figura jurídica própria. Em princípio, a rede funcionará sob a coordenação do Ministério das Cidades e do GT Capacitação, apoiando-se na estrutura da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, por intermédio do PMSS.

No momento seguinte à constituição dos Núcleos Regionais, será iniciado um processo amplo de mobilização de entidades e instituições interessadas em participar da rede. Um dos primeiros compromissos desses parceiros será o de elaborar o Documento Constitutivo da Rede. Neste documento, serão definidas as condições de adesão de qualquer instituição à rede, o que certamente irá incluir a assinatura de um termo de compromisso.

Para facilitar a própria “governança” da rede, isto é, quem participa e com quais atribuições, deverá ser definido um leque de modalidades de forma de adesão, de participação, de cooperação e de integração à rede. Cada instituição ou entidade escolherá a que melhor lhe convier, ou melhor abrigar sua capacidade de cooperação. Dado este passo, será mais fácil definir as

atribuições dos diversos integrantes em conformidade com o que se espera do Plano de Ação da rede.

2.2. Da Estrutura

A estruturação de uma rede tem como pressuposto a definição do arranjo institucional que deverá reunir os agentes e os parceiros dessa iniciativa.

Um arranjo institucional pode ser entendido como o conjunto inter-relacionado de entidades, instituições e regras que servem para organizar atividades comuns, entre governo e sociedade, e que visa o alcance de metas estabelecidas para o sucesso de determinado programa ou projeto. Dessa forma, o arranjo institucional para o gerenciamento de projetos de natureza pública estabelece as condições de atuação dos agentes, com provisão dos recursos necessários à execução das tarefas e atividades pertinentes ao desenvolvimento do projeto.

A definição do arranjo institucional para o gerenciamento de recursos de qualquer natureza não é uma tarefa trivial. A participação de todos os segmentos, em princípio relacionados com o assunto, não garante, de antemão, o sucesso do empreendimento. A questão que se coloca é como elaborar um desenho institucional capaz de assegurar com normas e regras claras o comportamento dos diversos agentes que o integram, de forma a produzir decisões em prol da governabilidade e resultados em relação aos objetivos de um dado projeto.

O desenho de um arranjo institucional deve iniciar com a identificação dos interesses que norteiam os diversos tipos de organização existentes ou atuantes no tema referencial do projeto a ser implantado. Portanto, a questão do arranjo institucional não se constitui simplesmente em como desenhar uma organização para gerenciar determinado projeto, mas em como conceber um sistema interativo, com regras e normas, além de uma sistemática de comunicação eficaz que induza a um comportamento organizacional e político dos agentes, que possa atender aos critérios de “performance” desejados e requeridos para a sustentabilidade do projeto.

Ainda que o presente documento proponha os principais passos para se delinear o processo de estruturação da rede, antes, é importante deixar claro que a proposta aqui apresentada não tem a pretensão de ser definitiva. Como visto nos aspectos conceituais sobre arranjos institucionais, se por um lado o desenho organizacional em si é o ponto de partida para qualquer empreendimento que se pretenda cooperativo, por outro, o processo em si é pressuposto para se conceber um sistema interativo, como requer uma proposta de rede. Dessa forma, o amplo chamamento dos diversos agentes para se fazer uma discussão sobre o arranjo institucional mais adequado para ampliar a estruturação da rede, além dos Núcleos Regionais, é um passo necessário e desejável.

Nessa discussão, o objeto central deve ser a formulação mais detalhada dos vários elementos do arranjo institucional da rede, a saber:

- Identificação dos agentes (instituições, entidades, órgãos públicos, etc.);
- Determinação das metas a serem cumpridas com a implantação do empreendimento;
- Definição dos papéis, das competências e das funções de cada agente;
- Pactuação dos compromissos de cooperação para viabilizar o intercâmbio técnico, a disseminação de informação e conhecimento e disponibilizar infra-estrutura educacional, recursos instrucionais, formadores e instrutores;
- Indicação dos processos interativos capazes de garantir a execução das tarefas necessárias ao cumprimento das metas determinadas pelo conjunto dos agentes;
- Provisão dos recursos necessários com indicação das fontes de financiamento e dos potenciais parceiros;
- Previsão de indicadores de desempenho para subsidiar o monitoramento e a avaliação do empreendimento.

Como já informado neste documento, foi aprovado no CT-HIDRO o mérito do projeto de estruturação da Rede Nacional de Capacitação e de Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental. Para isso está sendo realizada uma Chamada Pública para constituição de 5 (cinco) Núcleos Regionais, um em cada região geográfica do país. Participam da condução dessa chamada pública técnicos da FINEP, representantes do GT Capacitação e do Ministério das Cidades, por intermédio da SNSA e do PMSS.

O GT Capacitação fez também uma identificação preliminar de possíveis fontes de financiamento para estruturação da rede: o CT-HIDRO, que por intermédio do Ministério da Ciência e da Tecnologia e da FINEP está apoiando a chamada pública para constituição dos Núcleos Regionais; além de outros ministérios e órgãos federais com interesse no setor, como o MMA, a ANA, a FUNASA, a CAIXA, o BNDES, o MME, o PROCEL, o MEC, entre outros. O próprio Ministério das Cidades está responsável, por intermédio do PMSS, por consultar as possibilidades de apoio dos organismos multilaterais de financiamento e de cooperação.

2.3 – Das Atividades

A estrutura básica do projeto de cada Núcleo Regional será a realização de uma sequência de atividades, ao longo do período compromissado entre as entidades e instituições que o integram, observado o potencial de contribuição de cada entidade.

O quadro apresentado em seguida pode ser usado como uma referência básica do projeto a ser elaborado por cada Núcleo Regional, mas também é indicativo do escopo de atividades que se propõe para a rede. Importa observar neste quadro, que todas as alternativas de ferramentas para capacitação, apoio técnico, extensão tecnológica e disseminação do conhecimento estarão voltadas ao atendimento de demandas de agentes locais, possibilitando ainda que as instituições integrantes dos núcleos possam, por meio da sexta atividade, realizar a prospecção e sistematização de informações para alimentar o Portal do Conhecimento em Saneamento Ambiental.

Espera-se ainda que o planejamento de futuras ações do núcleo esteja estreitamente ligado à identificação sistemática das carências regionais em saneamento. Cabe destacar ainda que as atividades previstas para a elaboração do projeto Núcleo Regional poderão articular dois ou mais componentes do saneamento; aliás, o desejável é que o projeto associe instituições para abranger as quatro áreas temáticas do saneamento, mantendo-se sempre as abordagens de caráter técnico.

Quadro de orientação para definição do Projeto do Núcleo Regional

PROJETO DO NÚCLEO REGIONAL <i>Alternativas de Capacitação, Apoio Técnico e Extensão Tecnológica</i>		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Gestão de Resíduos Sólidos	Manejo de Águas Pluviais Urbanas
1. Eventos técnicos regionais	Difusão de políticas				
	Difusão de experiências				
	Alternativas de financiamento				
2. Cursos temáticos regionais	Instrumentos de gestão				
	Técnicas de gerenciamento				
	Alternativas tecnológicas e treinamento operacional				
3. Ensino à distância					
4. Capacitação em processo					
5. Outros					
6. Prospecção e sistematização de informações para alimentação do Portal do Conhecimento em Saneamento Ambiental					

Na reunião a ser realizada com as instituições selecionadas para constituir os Núcleos Regionais serão definidas as linhas mestras do Plano de Ação da Rede, tomando como ponto de partida as contribuições propostas pelas instituições, através dos formulários de seleção, a respeito dos seguintes aspectos da rede:

- sua agenda de estruturação e de governança;
- a inserção dos Núcleos Regionais;
- os outros meios de adesão e as formas de interação entre os diversos integrantes;
- as alternativas de capacitação com proposição dos conteúdos pedagógicos e indicação de público-alvo;
- os mecanismos de difusão do conhecimento técnico-científico aplicado à capacitação;
- as perspectivas de sustentabilidade institucional e financeira no curto e no médio prazo;
- os marcos de acompanhamento e de avaliação.